

A dimensão da afetividade identitária: literatura, língua e normas ortográficas na Galiza. Uma proposta de aproximação

Elias Jose Torres Feijó* 

A questão identitária e da identidade da comunidade pode ser focada de muitos pontos de vista e, conseqüentemente, de muitas disciplinas, mesmo com perspectivas interdisciplinares ou, até, transdisciplinares. Com efeito, ela pode ter focagens bem diversas e, no que diz respeito à comunidade, desde análises estruturalista-funcionalistas a simbólico-cognitivas, ecológicas, histórico-materialistas, construcionistas, etc., situando-se a que aqui utilizarei e segundo os antropólogos (MARINHO; AZEVEDO; PEREIRO, 2023) no âmbito simbólico-construtivista¹.

Quanto à construção identitária, dous conceitos podem ser úteis para entender os modos em que as pessoas e as comunidades se relacionam com os objetivos que têm a ver com essa construção identitária e as mudanças que nesse construto, plural, complexo, contraditório, podem ser operadas: “identidade sustentável” ou “sustentabilidade identitária” e “identidade afetiva” ou “afetividade identitária”, que visam a explicação de decisões e ações individuais e coletivas nesses termos identitários e dar lugar à elaboração de parâmetros e indicadores que, além da análise, permitam medir a coesão e formas de vida comunitárias e a predição de evoluções futuras e a eventual planificação de agentes.

Os conceitos assinalados foram formulados (TORRES FEIJÓ, 2013, 2015, 2019), para analisar, fundamentalmente, atitudes e comunidades locais e visitantes na sua recíproca relação na esfera turística, em particular, e, mais em concreto, aplicada ao caso de Santiago de Compostela e os Caminhos de Santiago, de cuja formulação fazemos aqui uma breve síntese... São assuntos que, além de questões identitárias e com elas interrelacionadas, se prendem com a coesão social, a (auto)percepção, a autoestima, e a mesma continuidade da comunidade como tal, na afetação de hábitos, modos de vida e recursos. Por exemplo, e na interação da comunidade local com o exterior, as procuras e o comportamento, os usos e consumos de visitantes podem alterar aspetos nucleares de (setores de) uma comunidade dada e conduzir a crises de diversos tipos, social, simbólico, cultural, económico, político...

Situamo-nos na consideração do repertório desses construtos no entendimento de que a cultura pode ser perspetivada como bem e/ou como ferramenta, (LOTMAN; UNSPENSKIJ, 1978; EVEN-ZOHAR,

* Professor Doutor da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Santiago de Compostela, Galiza, Espanha. Diretor do Grupo Galabra - USC (de Estudos nos Sistemas Culturais Galego-Luso-Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa). *E-mail:* eliasjose.torres@usc.gal

¹ Nesta direção, Mellucci (2001) aborda construtivamente a questão da emoção e do “emotional investment” nos movimentos sociais e na ação social; um trabalho fundamental. Para uma visão geral das emoções do ponto de vista antropológico, pode ver-se David Le Breton (2004) *Les Passions ordinaires. Anthropologie des émotions*. Na questão nacional e as emoções, Pérez (2014) realiza uma interessante abordagem do caso argentino a partir da crise de 2001-2002. Como é sabido, Max Weber (2000) já chamara a atenção sobre o fator emocional na elaboração da nação e da identidade nacional e a sua relação com outras dimensões comunitárias e sentimentos individuais e coletivos.

1999; EVEN-ZOHAR; TORRES FEIJÓ; MONEGAL, 2019 para uma revisão na atualidade), qualquer coisa preciosa e/ou instrumental, e que eles podem ser assumidos livremente mas que, em muitos casos, são resultado de imposições (muitas também necessárias para a vida comunitária) reveladoras do consenso social, no sentido que Gramsci (1975, p. 143-144) dá ao conceito de consenso. A conservação da sustentabilidade depende da capacidade do coletivo em questão de assumir um consenso através da sua própria soberania que garanta a sua suficiência sistêmica, a possibilidade de autodefinir-se e implementar essa definição (TORRES FEIJÓ, 2000, 2019). Mas pode igualmente provir duma imposição externa ou de setores minoritários, com maior ou menor contestação no conjunto social em que intervêm. A capacidade e alcance dessa contestação, o grau e conjunto de inovações e hierarquias, entre outros fatores, condicionarão, obviamente, o decurso e a mesma existência da comunidade desde os termos de que partia.

Na utilização da literatura como expressão da nação (vid. TORRES FEIJÓ, 2012a; TORRES FEIJÓ, 2012b, para casos controversos na historiografia literária portuguesa), aquela é submetida a uma seleção por parte dos grupos dominantes para articulá-la com os conceitos de nação, e de verdade, beleza e de qualidade que naquela seleção são projetados, que passam por universais quando realmente são resultados dum processo de canonização, com inclusões, hierarquias e exclusões. Nessa esfera, há textos e autorias que aparecem como modelares dalguma ideia vinculada àquelas categorias, que acabam por ser propostos e, geralmente, impostos, como bens individuais e, sobretudo, sociais, coletivos, fundamentos de coesão social, bens preciosos, *afetivizáveis*, e ferramentas para entender (aspectos de) a comunidade.

O conjunto de elementos identitários não é naturalmente estático e a sua hierarquia, uso e evolução (incluindo a *afeição* ou *desafeição* a eles de setores sociais) depende, entre outras coisas, das dinâmicas grupais, que podem levar a alterações, substituições, acréscimos ou supressões. Se a comunidade continuar a funcionar na sua (auto-)delimitação, estaremos perante casos de sustentabilidade identitária. Alargamentos ou estreitamentos dessa comunidade, modificações de estatutos, etc., podem estar indicando problemas de sustentabilidade da comunidade primária, ainda que, em casos, essas fórmulas podem ser resultados de decisões para a continuidade de determinados núcleos ou da comunidade no seu conjunto. Outros setores, excluídos ou autoexcluídos (por esse processo ou por compartilhar um mesmo espaço geo-humano mas sem estarem vinculados a essa comunidade) tendem a manifestar comportamentos parassistêmicos, agindo, no todo ou em parte, à margem do sistema comunitário dominante. Setores diversos podem sentir-se fazendo parte duma determinada comunidade ainda que tenham usos (de elementos) identitários diversos e até contraditórios com outros setores. Enfim, a comunidade pode promover ou aceitar mudanças sem fortes tensões ou, inversamente, viver essas mudanças como uma ameaça à estabilidade, levando à exclusão de alguns setores que costumavam estar integrados.

Em qualquer caso, a questão do (des-)afeto e da afetividade desempenham, claro, uma papel crucial na comunidade e na identidade comunitária.

Podemos considerar dous planos na geração ou na interação de identidade e afeto. Um deles pode ser a assunção sentimental de elementos identitários; por exemplo, pessoas que se identificam

sentimentalmente com uma bandeira ou com um livro ou com um rito em que está projetada parte da sua identidade (e que podem ganhar valor coletivo quando compartilhados por outros membros ou setores dessa comunidade). Podemos denominar estes fenômenos como identidade afetivizada: o elemento identitário gera afetividade, sustentando essa identificação também no afeto gerado, que representa, regra geral, um conjunto de sentimentos e bens simbolizados pelo elemento em causa.

Outro plano é o resultado numa identidade a partir dum elemento ou duns elementos mediadores não necessariamente vinculados de modo linear com o objeto da identificação. A afetividade torna-se identitária, sem que *a priori* o vínculo entre o objeto ou o fenômeno que provoca a afetividade e a posterior elaboração identitária existissem. A afetividade identitária pode conduzir a ações ou, mesmo, identificações posteriores, que não estavam no horizonte das pessoas e que não teriam lugar sem essa afetividade. Ela é, pois, canal, para outras atividades ou afetos. As projeções sobre os objetos, determinadas por uma adesão sentimental primeira e primária ou por uma secundária, são ou simultâneas ou habitualmente posteriores, *a posteriori* e envolvem justificações que se compadeçam com a decisão prévia (a identificação com o objeto).

Essa afetividade vinculada a identidades é, em muitos casos, o motor da ação e da atitude das pessoas ou do coletivos. E, sustida no tempo, essa afetividade gera lealdades e, até, fidelidades, difíceis de quebrar. Um caso relevante pode ser o d@s intelectuais que, pola sua exposição pública e os valores a el@s atribuídos (por exemplo a coerência e o altruísmo) tendem a tentar reificar e fixar-se nas propostas primariamente assumidas ou a formular como interesses coletivos o que são, ao menos também, interesses individuais, muitas vezes para não perder as posição e função ganhas no campo. Ganhos e perdas, segundo os casos, de posições e capitais estão em jogo; e, igualmente, devem tentar justificar e situar a esfera afetiva da identidade previamente elaborada nas novas realidades. De resto, tenhamos presente que o campo de produção ideológica apresenta como regra de jogo, entre outras, a racionalidade, quando, em muitos casos, a base de determinadas tomadas de posição é afetiva.

Uma pessoa ou um coletivo pode tornar-se em ecologista e fazer disso elemento crucial da sua identidade a partir da defesa dum território rural dum membro do coletivo passível de ser expropriado para instalação duma determinada indústria. A comunidade dum lugar pode impulsar ações de índole identitária vinculadas ao cinema (festivais, espaços, etc.) e fazer disso um elemento identitário a partir duma roteirista famosa nascida nesse lugar. Não é uma razão ecologista nem cinéfila a que está na base dessas afetividades tornadas identitárias mas o vínculo com um amigo ou o orgulho (ou a oportunidade) de capitalizar a fama duma pessoa. Houve uma mediação afetiva que gerou e conduziu ao desenvolvimento dum elemento identitário. São esses vínculos afetivos os que estão na base de alguns funcionamentos identitários comunitários que não *lembram*/têm presente a origem delas ou os sentimentos que a eles deram lugar. Referidos à esfera sentimental, esses elementos podem enfrentar-se a outros que querem ser impostos ou a que é preciso (por qualquer razão) aderir, gerando conflitos, individuais ou coletivos; e vice-versa. Os usos linguísticos em sociedades em que funcione mais duma língua ou com diversas variedades disponíveis (acessíveis ou não) em cada circunstância, é, sabemo-lo, um caso modelar (HERRERO VALEIRO, 2021, p. 35-56, faz uma valiosa síntese de alguns processos). Em contextos linguísticos conflituosos, a diminuição no uso da língua da própria comunidade (em setores jovens, por

caso) ou da sua *qualidade* e *valorização*² pode ser interpretada como um sinal de enfraquecimento do valor de identificação do item; mas isso não implica a diminuição do valor simbólico dessa língua, que mesmo poderia aumentar, tornando o apoio (não necessariamente o uso) em mecanismo decisivo para o desenvolvimento de novas políticas para manter e aumentar o uso da língua com outras perspetivas, estando cientes desse apoio simbólico (ainda que esses setores não a usassem, ao menos no princípio).

Se aplicado o anteriormente referido à **questão da língua e dos usos linguísticos**, dos seus níveis diafásicos, diastráticos, diatópicos, e nas escolhas normativas, em segundo que quadros de situação e trajetórias das pessoas utentes, os seus efeitos para a aceitação, exclusão, preterição, *minus-* e *sobre-*valorização das pessoas para segundo que grupos sociais ou comunidades são conhecidos. E nas possibilidades de acesso, mobilidade ou bem-estar que podem ou não impulsar, negar ou fornecer.

Usos, escolhas, trajetórias, cuja hierarquia e compartição comunitárias também não têm que ser coincidentes nem terem iguais repercussões segundo quem as praticar ou não. De facto, a capacidade de escolha ou transgressão das diversas agentes pode ser maior ou menor segundo o estatuto e as possibilidades que a cada quem conferem os quadros relacionais e os objetivos pretendidos.

No âmbito linguístico comunitário, há elementos que funcionam como regras para poder participar em aspetos da vida comunitária, seja ela qual for (e que podem funcionar para subsectores comunitários e não para outros nem para o conjunto), que podemos denominar normas sistémicas (materiais ou regras de repertório na perspetiva analítica de Even-Zohar (2000), e outras que conferem maior genuinidade aos usos, que denomino normas do repertório. A sua função é também delimitadora, resultado da imposição por meio de certos grupos como legítimos do que Pierre Bourdieu denominou princípios de visão e divisão (BOURDIEU, 1994). Por exemplo, praticar usos linguísticos reconhecíveis como próprios pela comunidade onde a escala de matizes e efeitos depende das agências (entenda-se: pessoas, grupos e entidades que atuam ou a mesma capacidade de agir) interlocutoras e das trajetórias das pessoas; pense-se, por caso, na burguesia urbana ou em emigrantes com pouco domínio dos seus estándares). Essas normas e usos delimitam, diferenciam, coesam ou não os diversos coletivos a considerar, mesmo em termos de pertença ou exclusão e as posições e funções neles³.

² É mui valiosa a tese de Domínguez (2000), centrada num grupo juvenil rural e a sua perceção dos seus usos linguísticos, num continuum do galego a espanhol mas que ele (auto)interpreta como galegófono.

³ Como é conhecido, existe uma extensíssima bibliografia sobre os processos que vinculam língua e afetividade, de várias perspetivas, com especial atenção à aprendizagem de segundas línguas, mesmo em relação a variantes mais ou menos legitimadas (por exemplo, para o caso da variante andaluza do espanhol, vid. Crismán-Pérez e Núñez-Vázquez (2020) que obviamente não podemos abordar neste trabalho. Referimos apenas algumas direções que nos parecem novidosas e úteis. Como exemplo de avanços nas estratégias de aprendizagem das segundas línguas podemos citar Aronin (2012) sobre cultura material e afetividade. É particularmente relevante, para o caso de conflitos, o trabalho de Smith-Christmas (2018) sobre a função afetiva familiar na aprendizagem do gaélico escocês. Em geral, sobre as condições neurobiológicas afetivas na língua, pode ver-se o clássico Schumann (1997). Relativamente à afetividade identitária, é de interesse a perspetiva usada por Escudero e Reina (2021) na abordagem relativa à configuração dos conceitos de identidade e memória, com base em experiências onde fica patente a dimensão afetiva da identidade e o seu carácter de vínculo identitário. Tendo presente o componente afetivo na dimensão identitária coletiva no quadro dos nacionalismos no estado espanhol, pode ver-se Gil Hernández (2019). Comportamentos sociais a partir das identidades corporais e a dimensão dessa identidade em Cena (2015).

Convém explicitar que, ao lado de elementos identitários afetivizados ou convertidos em identitários através de processos afetivos, há outros de índole diversa. Por caso, aqueles que se consideram representativos ou emblemáticos da comunidade, em que o afeto pode não desempenhar papel nenhum; ou que o desempenhou mas agora não o desempenha. E tanto *ad intra* como *ad extra* da comunidade; tanto para o seu interior como para a sua imagem, projeção e/ou relacionamento externo. Se o elemento afetivo ou afetivizado se situa na sua génese e funcionamento dentro da comunidade (ainda que, depois, possa vir a jogar papéis relevantes no âmbito exterior), o emblemático atua no duplo sentido, interno e externo. É verdade que pode haver casos em que a afetividade seja provocada ou promovida por agências externas, mas é sempre o coletivo comunitário que se sente vinculado quem o eleva à categoria identitária afetiva. Não assim na vertente emblemática, que pode existir com independência dos afetos. Por exemplo, identificar externamente uma comunidade com determinados usos culturais ou económicos ou colocar determinados elementos, materiais e imateriais, como emblemáticos dela pode funcionar externamente (e internamente), com independência dos afetos e com independência do grau de generalização dessa identificação no conjunto comunitário. Ou, para falarmos de literatura, considerar Camões e/ou *Os Lusíadas* elemento emblemático de Portugal sem isso conduzir necessariamente a nenhuma afetivização. É oportuno indicar que, sendo de constituição (e modificação) nitidamente interna, isso não significa que ela possa ver-se afetada por motivos externos. Por exemplo, polos graus de aceitação que, como elemento identitário possa ter no exterior e os efeitos que isso possa ter na comunidade. Imaginemos um produto artesanal que é pouco ou nada procurado externamente ou um espaço público saturado pelo exterior, que pode ter repercussões, positivas ou negativas, nos afetos identitários da comunidade. Normalmente, a comunidade tende a afetivizar outros elementos (como) identitários para suprir a afetação doutros, sobretudo nas funções que ocupavam aqueles. Por vezes, lentamente; outras, em paralelo ao elemento substituível; noutras, com grande rapidez; certamente, noutros casos não há substituição e manifestam-se atitudes diversas das citadas, que não são monolíticas, obviamente; tampouco, claro, no âmbito sociolinguístico. Do ponto de vista em que aqui nos situamos, são processos em que a comunidade ou coletivos dela reagem para continuar conservando hábitos, coesões, possibilidades mas que podem causar danos irreparáveis ou insubstituíveis para essa comunidade. São, também, indicadores da subsistência e modo de subsistência da comunidade e dos seus construtos.

Em geral, pode pensar-se nessas afetividades como funcionando de modo positivo em relação à identidade, mostrando querência. Mas há, igualmente, modo negativo; certamente, poderá-se falar de anti-identidades afetivas e afetividades anti-identitárias, ou algo similar, quando o indivíduo ou o coletivo que for, mostra, em relação a um fenómeno, objeto, ideia, etc., uma atitude de rejeitamento sentimental estrutural (não pontual nem conjuntural) a uma eventual identificação ou ao que ela signifique. Naturalmente, podem surgir conflitos de afetividades identitárias se os elementos representarem cousas opostas para cada grupo ou setor e ter como resultado um investimento afetivo que gera problemas na direção contrária à intenção afetiva; como também equívocos nos modos do afeto ou descaramento doutros elementos, úteis por exemplo, para a coesão. Rivalidades ou rejeitamentos de identidades sociopolíticas ou culturais, por caso, são evidências daquela anti-identidade afetivizada a que me referia.

O valor afetivo e identitário da ortografia e as suas consequências na leitura/na literatura. O caso galego

O valor simbólico-identitário e afetivo da ortografia e das normas ortográficas, que tem sido objeto de atenção de vários ângulos, é patente. Mário Herrero recolhe alguns dos mais significativos estudos sobre o valor simbólico da ortografia “como prática social” (ex., WINER, 1990; SCHIEFFELIN; DOUCET, 1992, BROWN, 1993, JAFFE, 1996, 2000; ÁLVAREZ CÁCCAMO; HERRERO VALEIRO, 1996; SEBBA, 1998; HERRERO VALEIRO, 1998, 2000; ROMAINE, 2002), a que devemos acrescentar o seu incontornável trabalho para o caso galego (HERRERO VALEIRO, 2021) e vários dos derivados do que podemos denominar a escola corunhesa de sociolinguística, donde têm saído publicações de referência para a abordagem deste assunto (vid., só como exemplo da atividade dos anos noventa do século passado, além do referido Herrero Valeiro, os trabalhos do impulsor e coordenador dessa ‘escola’ Álvarez Cáccamo (1993, 1996a, 1996b); e Bobillo *et al.* (1998), Domínguez (2000) e Prego (1994)).

Num quadro de situação elucidador, a poucos anos da independência dos novos estados americanos emancipados do império espanhol, encontramos já o comentário, bem conhecido, aliás, nos estudos sociolinguísticos, de Domingo Faustino Sarmiento (1886, p. 182-183), sobre a questão ortográfica:

Yo creo llegado el momento de meditar con detención lo que debemos hacer en materia tan importante, poraue se trata nada ménos que de reconocernos una nacionalidad peculiar, buena o mala, en el idioma, o declararnos vastagos corrompidos i dejenados de mas perfecta estirpe; de plajiar a la España en sus progresos, sin conciencia i sin exámen, o de reservarnos la espontaneidad de obrar reformas según nuestra manera de ser. En una palabra, la cuestión ortográfica en cuanto a un sonido i un solo carácter de letra, nos lleva a re-conocernos a nosotros mismos o a negarnos toda existencia.

São abordados desta perspetiva⁴ casos como o haitiano (SCHIEFFELIN; DOUCET, 1992, p. 427), eles salientam a índole simbólica nacional/internacional das escolhas para a sua escrita, ou o galego, (ÁLVAREZ CÁCCAMO, 1993). Herrero Valeiro (2021, p. 59-61) apresenta páginas elucidadoras relativas aos casos de pidgin ou crioulas em relação ao caso galego e a lusofonia. O que cabe insinuar, é que as orientações normativas (unidas, claro, ao uso e seleção linguísticos feitos), incidem e nitidamente no afeto, na afetividade identitária e na identidade afetivada que um texto ou uma autoria possam representar ou provocar.

Irei referir-me aqui ao caso galego, embora o luso-brasileiro seja, no âmbito do mundo de língua portuguesa, também um caso de interesse para aproximações aos afetos e às literaturas numa abordagem ortográfica.

⁴ Naturalmente, há muitos casos do que comentamos. No âmbito lusófono, não me parece ser discutível que na polémica sobre a implantação do Acordo Ortográfico o fator afetivo-sentimental joga um papel relevante, como é reconhecido mesmo em abordagens mais técnicas (SANTOS, 2010). O brasileiro é verdadeiramente significativo, também como debate e elites sobre a

Formularei aqui hipóteses e prolongamento das anteriores hipóteses cuja validade e certeza só um bom trabalho de campo poderá corroborar. Convém, em todo o caso, não perder de vista as consequências que, para o caso concreto da leitura literária e das identificações com literaturas e afetos, a orientação ortográfica tem.

Nesta abordagem da ortografia e algumas consequências dela no caso galego, faço-o com plena consciência de que ele, ainda que com os seus matizes, não é precisamente caso isolado dum conflito linguístico em que o elemento afetivo na constituição das relações pessoais e coletivas e nos modos de olhar e intervir tem uma importância notável. Também no caso da norma, a que especificamente irei referir-me aqui, ainda que, certamente, apresenta singularidades notáveis. Enuncio algumas que me parecem fulcrais para o entendimento, deste ângulo, do processo.

Em primeiro lugar, devemos tomar em consideração que durante séculos (fundamentalmente entre o XV e o XIX), a língua da Galiza (LG⁵), não foi, com algumas exceções, veículo de prática escrita no território galego. E que quando começam a aparecer os primeiros escritos que vão dar lugar a uma tradição de escrita, conflituosa e muitas vezes impedida o preterida (a partir de meados do século XIX, com o livro *Cantares Gallegos*, de Rosalia de Castro como marco fundacional, em 1863), a produção medieval era, na sua quase totalidade e valor simbólico (os cancioneiros de lírica medieval, sobretudo), desconhecidos. As únicas ortografia e língua em que as pessoas eram alfabetizadas eram as espanholas. Ainda que existem propostas de unificação diversa, incluídas reintegracionistas (entendendo por reintegracionistas aquelas que promovem a unificação com diferentes graus com as variantes da denominada internacionalmente língua portuguesa), a alfabetização e a escrita maioritárias, sobretudo em produção ensaística e literária, é feita com uma relativa variedade de formas coincidentes com o espanhol no uso da ortografia e da morfologia.

Até à década de setenta do século XX não existe possibilidade de aprendizagem linguística regrada da LG nas escolas; menos ainda, usos administrativos no aparelho do estado dela. Apesar do início duma tímida reforma (Ley General de Educación, de 1970) que permitiria (não chegou a verificar-se) a introdução, experimental, das línguas do Estado espanhol que não fossem o espanhol (denominadas “nativas”) no ensino prescolar e básico, não será até 1980-1983 que se inicie essa introdução, após o desaparecimento da ditadura franquista e a configuração em comunidades autónomas do Estado espanhol. Isto vai acelerar a necessidade sentida duma norma unificada, em pouco tempo, em que o galego passa a ser, com muitos problemas certamente, também língua legítima (DOMÍNGUEZ, 1993), ao estar consagrada polo aparelho do estado, ainda que em situação de inferioridade jurídica e, portanto,

norma. As publicações de Bagno são bom exemplo disto. Pode ver-se Bagno (2007a, 200b); neste caso, o livro em geral e, particularmente, as páginas 131 a 138, para o caso ortográfico. O debate social continua aceso. Vid. Aldo Bizzocchi (2023), por exemplo. Neste sentido e em termos gerais, vid. Luckmann (1975).

⁵ Galego, português da Galiza, galego-português... são várias as denominações que são utilizadas para referir-se à língua falada historicamente na Galiza desde a época medieval até a atualidade. Denominações que albergam, por sua vez, diferentes conceções da língua numa só expressão. Opto por utilizar Língua da Galiza para referir-me dum modo pretendidamente neutral a ela.

social, a respeito do espanhol⁶. Necessidades administrativas, económicas, educativas, culturais eram invocadas para a consecução duma norma única de uso, que se denominará, popularmente, *oficial* [para este processo, pode ver-se Alonso Pintos (2006) e Sánchez Vidal (2010), que abordam o período 1950-1980 e 1980-2000 respetivamente, e, sobretudo, Herrero⁷, 2021; para o processo imediato que desaguou na publicação do “Decreto 173/1982, do 17 de novembro, sobre a normativización da Lingua Galega” polo goberno autónomo galego, Xunta de Galicia, no ano 1982 vid. Rodrigues (2023)].

As elaborações normativas cobram dimensão moral. Acompanhando Bourdieu [aludindo a que, na Galiza, o efeito do trabalho ideológico “dos especialistas da língua e das elites políticas”, está sendo o de (e traduz BOURDIEU, 1977, p. 3) “fornecer os meios para transformar a simples competência (linguística) prática em competência simbólica, para transmutar o in-dizível em dizível, para ultrapassar as fronteiras do impensável”,] Álvarez Cáccamo (1997, p. 146), considera que “a fala ultrapassa o âmbito da utilidade privada para constituir-se em indicativo do *moral*”: “É apenas lógico que o *galego público*, assim constituído em capital simbólico, seja *locus* privilegiado das lutas ideológicas e objecto de construção, definição e apropriação”.

Se noutros períodos do galeguismo contemporâneo, a questão da norma e da aproximação ao estándar português esteve presente (de modo maioritário, como proposta ou desejo, de modo prático com aproximações de diverso grau nunca dominantes no espaço social galego no que ao uso ortográfico se refere: o problema do uso correto e a an/alfabetização jogava um papel decisivo), desde aquela década de setenta ele emerge com maior intensidade. Aos problemas técnicos de uso, devem unir-se a pertença a um estado diferente, certo *espírito de fronteira* (entre visões fóbicas – PAGEAUX, 2004, p. 155 –, e bairrismo), próprio de comunidades contíguas geograficamente ainda que com pouco contato em geral, fora dos espaços limítrofes e com uma separação política de oito séculos, que obstaculiza ver Portugal e o mundo de língua portuguesa como referente; e, também, uma educação sentimental, afetiva, que levará ver *o português* como algo relativamente próximo mas diferente, compreensível mas com dificuldades para uma comunidade instalada no espanhol e no castelhanismo no seu uso da LG em todas as ordens, com exceção do âmbito fonético-fonológico nos paleofalantes.

São apenas alguns fatores; mas o que interessa destacar é que quanto à identificação afetiva com a norma coincidente com o espanhol na sua ortografia e traços morfológicos (também noutras dimensões da língua, de que não está isento o reintegracionismo), as *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma*

⁶ *Constitución Española*, “Artículo 3:

1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.
2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.
3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección”. (ESPAÑA, 1978).

⁷ O livro de Mário Herrero Valeiro é fundamental para o entendimento do processo que aqui focamos; já com título elucidativo: *Guerra de grafias, conflito de elites* (HERRERO VALEIRO, 2021). Para ele remetemos mui especialmente para entender o conflito ortográfico na Galiza e, portanto, para o entendimento do pano de fundo desta aproximação.

Galego (NOMIG)⁸, é mais fácil e facilitadora, polos motivos expostos. A arbitrariedade dos signos não entra nesta equação. Mesmo o uso doutros diferentes aos derivados daquela educação sentimental podem ser perspetivados como uma transgressão, e alguma traição; e a ruptura duma lealdade antiga, genética em ocasiões. No quadro do conflito normativo, as variantes portuguesas podem até ser vistas como referentes de oposição (HERRERO VALEIRO, 2021, p. 65)⁹.

Para a focagem que nos ocupa, a educação sentimental das pessoas leitoras em geral e das agências intervenientes nas propostas de codificação em particular estão alicerçadas na norma coincidente com a espanhola, também em expressões orais populares (a LG era, oralmente, esmagadoramente utilizada de modo habitual por classes populares e setores minoritários da elite cultural e política). Apenas um exemplo, simbólico: tanto na LG como no espanhol da Galiza, é frequente o uso do diminutivo *-inho/a* como expressão de afeto e valor identitários galegos (e valores associados ao *povo* e às classes populares também: ternura, carência, humildade, impotência...); polos motivos apontados, ele aparece de maneira absolutamente maioritária expresso com o ñ: *-iño/a*. O ñ, uma das formas para representar desde o medievo um som nasal palatal (/ɲ/) na LG (grafema simbólico do espanhol, utilizado mesmo como gráfico de *marca Española*) porta também um valor sentimental associado ao galeguismo nessas expressões. A forma com *nh* é identificável com o português (quando não dá – sobretudo, dava – lugar a pronúncias à espanhola, mesmo com aspiração do *h*, à inglesa). Não se esqueça, já alargadamente, que, em geral, as línguas e os seus usos portam um valor simbólico relevante, que ainda aumenta em momentos ou situações de conflito; e que, para o caso que nos ocupa, o dígrafo *nh* não existe em espanhol e é usado nas NOMIG para representar um som nasal velar (*algunha*). Já Saussure (1991, p. 54-55), como recolhe Herrero Valeiro (2021, p. 36-37), sublinhara o que podemos denominar valor impressivo mais relevante da imagem gráfica do que do som nas pessoas, e, podemos também acrescentar, o seu valor afetivo projetado nessa impressão. E gera lealdades e até fidelidades, como observa Cardona, de tipo religioso ou político Cardona (1994, p. 115-116), aplicado a dous casos que Herrero Valeiro sintetiza (2021, p. 49-56), ao lado do estudado por Haugen (1966) para o norueguês.

Ainda que o debate sobre a orientação normativa da LG se realize em termos técnicos, de utilidade, tradição, histórico-filológicos, etc., e a sua diversa interpretação esteja no palco do debate (HERRERO VALEIRO, 2021, p. 23) para a procura de legitimações e deligitimações, incluindo a coordenada popularista vs. elitista, este elemento afetivo, pouco atendido, parece-nos fundamental para entender

⁸ São as normas aprovadas por decreto (“173/1982, do 17 de novembro, sobre a normativización da Lingua Galega”) polo goberno autónomo galego, Xunta de Galicia, no ano 1982, que, com poucas variações, chegam até a atualidade. No ano 1983, conheceram o reforço da Lei de Normalización Lingüística aprovada polo Parlamento Galego, em que se considerava a Real Academia Galega (RAG) como autoridade no âmbito normativo. Essas *Normas* foram elaboradas pola RAG e o Instituto da Lingua Galega, e receberam a contestação social de entidades sociais e culturais e setores maioritários do nacionalismo de esquerdas, vinculado fundamentalmente ao Bloque Nacionalista Galego, sustentadores dos denominados mínimos reintegracionistas, e doutros âmbitos galeguistas, minoritariamente apoiantes da opção dos denominados máximos reintegracionistas, na altura reunidos em torno à Associação Galega da Língua, AGAL.

⁹ Para uma síntese das diferenças “simbólicas” ortográficas e morfológicas entre as duas propostas, pode ver-se Herrero Valeiro (2021, p. 68). Freixeiro Mato (2000), realiza uma análise do conflito linguístico, incluindo o ortográfico.

os processos e as assunções ou rejeições da orientação pretendida. E, neste sentido, não há dúvida que aquelas pessoas praticantes ou aderentes ao reintegracionismo, em geral mas sem dúvida as agentes atuantes nos conflitos normativos que começaram na década de setenta, tiveram que dar um salto e afetivar a proposta reintegracionista no uso ortográfico e morfológico. E, mesmo, *desafetivar-se*, em muitos casos, da espelhada pelas NOMIG para alicerçar a própria escolha e tomada de posição, que, na prática dela, conduze-as, inexoravelmente, a posições periféricas nos âmbitos em que o uso das NOMIG se convertem em *etiqueta*¹⁰. E, ainda, o processo é mais complexo se focarmos aquelas pessoas que atuaram ou atuam em qualquer dimensão do debate, da escolha e da prática (podemos dizer que ou a maioria ou muitas: bom será também um estudo sobre isto), e que tiveram como primeira língua o espanhol, sem dúvida também vinculadas a ele sentimentalmente, e que tiveram que o *re-colocar* para situá-lo em relação à nova escolha, muitas vezes como referente de oposição dessa sua nova escolha; nesta vertente, conviria conhecer se há diferenças nas atitudes e afetos entre as paleofalantes e as neofalantes em termos de identificação e afetividade relativas às diversas normas. Isto sem esquecer os efeitos nas pessoas que tiveram que abandonar o seu uso da LG (sobretudo na ditadura mas também pola pressão ambiental do espanhol). Mas note-se que, em geral, a mudança para outra posição, a reintegracionista neste caso, é fruto duma decisão que se pretende racional (a que se julga que mais convém à pessoa e/ou, no seu cálculo altruísta, à comunidade), resultado dum processo de transformação e desafeção, com provavelmente necessidade de reelaboração sentimental.

Em geral, trata-se de trânsitos desde a afetivação do espanhol à afetivação doutra língua e com o uso duma norma proscribida ou preterida, o que, se em determinados setores pode funcionar como elemento positivo no capital simbólico, afasta as suas possibilidades de centralidade nos campos intelectuais e de produção ideológica, podendo essa ausência de etiqueta estender-se para outros campos. *Posições bilingues* são, neste sentido, veículos mais exitosos; *posições nas normas oficiais*, também.

E, ainda dentro destas interrogações, cabe conhecer em que medida uma opção ortográfica remete *necessariamente* (HERRERO VALEIRO, 2021, p. 20) “para uma mesma ideologia política e /ou para uma mesma identidade grupal; ou, pelo contrário, para determinar a validade ou falsidade dos razoamentos que apontam para que o uso comum de uma opção ortográfica, ainda que de alto conteúdo indécimo, não implica *necessariamente* a confluência numa mesma ideologia política e /ou identidade grupal”. Falamos em termos ideológicos *sensu amplo*, incluindo opções políticas, sociais, económicas... e até especificidades no estatuto político que se deseja para a Galiza.

¹⁰ Essas posições marginais ou periféricas verificam-se nos espaços em que é preciso exibir a *etiqueta*: aqueles dimensões dos campos do poder e noutros campos cujas dimensões dependem da agência dominante no campo do poder. Pode haver outros em que isso não seja assim e aconteça mesmo o contrário, mas cuja capacidade de intervenção e direção sociais estão interditas ou mui limitadas (vid. TORRES FEIJÓ, 2023, p. 16-17).

Norma linguística e quadro de situação

Os usos linguísticos, condicionados por diversos fatores, de regra com base em conflitos¹¹, podem ter na dimensão afetiva (em qualquer direção) uma determinação causal relevante, como é sabido. O uso da norma oral ou escrita, também. Relativamente a essa última, as escolhas para grafar uma mesma língua podem ser entre alfabetos ou *diortográficas* (vid. ZIMA, 1974 *apud* HERRERO VALEIRO, 2021, p. 49), “coexistência de dous tipos de escrita para uma única língua fundamentados no mesmo alfabeto”, caso da LG. Em casos como o galego, temos ainda um duplo conflito, que se entrecruza nas tomadas de decisão: entre as considerações e os usos da LG e do espanhol, nos diversos âmbitos de uso, e o do conflito entre propostas normativas no caso da LG, o que não se produz no caso do espanhol, cuja norma é indiscutida e sobre a qual não há *posição normativa*, além das considerações técnicas que uma pessoa possa ter com problemas ortográficos ou morfológicos, ponhamos por caso, mas não de orientação (política, cultural...) e funcionalidade social dessa norma, como é o caso da LG; no do espanhol, a norma funciona, nestes sentidos, de maneira perfeitamente aceite, adquirida e neutra. Um caso e outro são modelares nos dous tipos de aproximação que Sebba (1998, p. 20), distingue para a questão ortográfica, autónomo e ideológico, que utiliza Herrero Valeiro (2021, p. 21) e que fora já abordado para o caso galego (ÁLVAREZ; HERRERO VALEIRO, 1996). Como recolhe Herrero Valeiro (2021, p. 33-34), de Sebba (1998, p. 20), no modelo autónomo a melhor ortografia seria aquela que “balanced competing demands in terms of phonemic accuracy, learnability and (where relevant) transitional literacy for the intended community of users”. No modelo ideológico a ortografia é campo de “potentially intense struggles over identity and power, in which issues like the purpose of literacy and the status of languages are central, and orthographic characters (say, letters of the alphabet) may be imbued with a symbolic meaning which makes their phonemic symbolism and learnability of secondary importance”. Por sua vez, Álvarez e Herrero Valeiro (1996, p. 146), insistem na importância da intervenção institucional no controlo da língua, entre outros modos através da ortografia, o que propõem entender “em termos da indexicalidade ideológica da ortografia, isto é, atendendo à parte do significado desta que aponta para a identidade colectiva ou grupal dos utentes de um determinado sistema gráfico”; “ou também”, acrescentam, “de jeito mais restrito, em termos da indexicalidade politográfica (HAGÈGE, 1983, p. 28), quer dizer, considerando que a diferenciação através da ortografia actua como um índice de afirmação nacional”, o que, pertinentemente, Herrero estende a “outro tipo de definições de comunidades imaginadas”, nos termos colocados por Anderson (1991). Ele (HERRERO VALEIRO, 2021, p. 21) sublinha para o caso galego (e podemos estendê-lo a muitos outros âmbitos) que esse controlo é “não apenas simbólico (prestígio intelectual e campo literário autorizado, criação e gestão de opinião, autoridade idiomática ou científica, aspetos manifestados através de uma maior presença social dos grupos legitimados)” mas também “materialmente produtivo” para indústrias da língua, a produção editorial, prémios, acesso a recursos de investigação “e outros tipos de trabalho remunerado derivados do processo de institucionalização como a tradução, a correção, o quadro de funcionários linguísticos, etc.”. Herrero Valeiro (2021, p. 22-66) situa esta *guerra das grafias*

¹¹ Estudos de processos de mudança linguística em contextos conflituos ou dependentes têm também sido explorados; no caso galego, pode ver-se Prego (2000).

como símbolo primário e mais visível de uma *guerra de elites* (legitimada e deslegitimadas) por ocuparem a posição cultural dominante no espaço social galego e acederem a um outro controlo mais geral: o da cultura galega e o poder simbólico e material gerado pelo campo intelectual autorizado, e a própria definição indentitária do coletivo humano conhecido como *povo galego*.

Em todo o caso, tenha-se presente que não assistimos a um processo democrático mas à imposição dum consenso que progressivamente pode contar com pessoas e grupos aderentes provindos de posições opostas, mesmo pola via de cedências ou pactos de elites (depende a ótica), como aconteceu no ano 2003 entre os departamentos que incluíam os membros da área de conhecimento cuja denominação oficial é Filologia Galega e Portuguesa, processo em que nos consta os setores reintegracionistas vinculados a esses departamentos não participaram e que foi impulsionado por setores associativos e da Universidade da Coruña vinculados aos denominados mínimos reintegracionistas (solução que fora maioritária em âmbitos como o ensino na década de oitenta, hoje abandonada). Um acordo, aliás, que solucionava o problema com que uma opção política que utilizava esses *mínimos* (uma norma proscrita), o Bloque Nacionalista Galego, se encontrava, crescentemente, à hora de exercer poder político-administrativo nas entidades locais ou na expectativa, que pouco tempo mais tarde seria realidade, no ano 2005, nacionais (a denominada Xunta de Galicia). Para algumas pessoas (sobretudo as utentes dos *mínimos*), significou, sem dúvida, ceder nos afetos, também nos identitários, para obedecer outra classe de disciplina; e, provavelmente, rebaixá-los em relação ao novo pacto, elaborando uma neutralidade ou, até, uma positividade afetiva em relação à nova escolha¹²; e reconfigurando em casos, também, as relações baseadas em ideários normativos comuns, uns agora novos, outros por isso mesmo quebrados. Para outras, disciplinadas utentes dos mínimos (algumas, no grupo das anteriores), significou um alívio.

Múltiplas, sem dúvida, podem ser as consequências nestes casos, num leque alargado que pode ir, nas agências interessadas, do abandono total da LG a uma intensificação máxima de investimento na sua promoção, com alargamento ou repercussões também nos usos reservados para o mundo de língua espanhola e para a lusofonia; e mesmo progressivas substituições ou preterições do investimento no valor emblemático e afetivo da língua por outros elementos identitários, porque não convém esquecer que, em quadros de situação como o galego, a questão identitária está permanentemente na *agenda* social e política. Em qualquer caso, assistimos a um processo de incerto resultado, embora, no uso (oral; o uso habitual escrito é extremamente minoritário) da LG, todos os indicadores coincidam em mostrar o seu progressivo declínio até o extremo de, na atualidade, haver já mais utentes (sobretudo nas camadas mais jovens e urbanas) de espanhol que da LG.

O valor de identificação afetiva tem, pois e como já se pode calcular, uma determinação que pode ser extraordinariamente elevada. Essa sobredeterminação aparece, sem dúvida, naquelas pessoas

¹² As nulas possibilidades de acordo entre as duas tendências (NOMIG vs. *máximos reintegracionistas/ norma AGAL*) e a justificação da necessidade da confluência entre as NOMIG e os *mínimos reintegracionistas* (que acabariam com o desaparecimento destes) são explicadas por Freixeiro Mato, um dos agentes negociadores do acordo de 2003, em 1997, p. 131-133.

e setores que sentem algum tipo de vínculo afetivo com o uso linguístico por escrito, incluindo de modo relevante as pessoas e grupos que entendem que a LG deve ser preservada ou alargada nos seus usos e valor e que, em muitos casos, tomam medidas ou atuam para isso, no que se conhece, em termos gerais para estes grupos, como processo de normalização linguística. Essa sobredeterminação pode alcançar valores mais relevantes de entranhamento ainda se ela se produzir em quadros de situação específicos. Por exemplo, quando têm lugar na infância, adolescência ou primeira juventude (digamos, períodos de aprendizagem primária), correndo paralelos à conformação das próprias personalidade e ideologia; ou se estiverem interrelacionados com a conformação ideológica noutras dimensões: por caso, na elaboração duma mundivisão galeguista, associando ideias e sentimentos projetados e simbolizados nessas fórmulas, nos textos que as contêm, nas autorias que as realizaram. São particularmente eloquentes os depoimentos de divers@s escritor@s e ensaístas que, pessoas defensoras de máximos ou mínimos reintegracionistas¹³, argumentam em termos racionais – de índole pessoal e coletiva – motivados pola conjuntura, a sua passagem para a prática das NOMIG, manifestando, no entanto, motivos sentimentais e afetivos na decisão e no abandono da outra prática, e, nalgum caso, na saudade que esse abandono deixa... Herrero recolhe alguns significativos, como os da escritora M. Xosé Queizán ou do escritor Xavier Alcalá, primeiro presidente da AGAL, nos anos posteriores ao decreto de 1982, ou do Prof. C. Paulo Martínez Pereiro (*apud* HERRERO VALEIRO, 2021, p. 263-264), utente dos denominados *mínimos*. Também, mais recentemente se registram casos significativos *a contrario* (MOURE, 2013; VAQUEIRO, 2012; PÉREZ PRIETO, 2020). Já é, em si, significativo que as pessoas citadas e outras queiram explicar as suas tomadas de posições, como também são eloquentes os casos de silêncio¹⁴.

De resto, não se esqueça a base afetiva que alimenta a dimensão proselitista que as pessoas assumem (ou a ela se veem impelidas) no quadro sociolinguístico galego, no confronto entre LG e língua espanhola e no confronto entre a orientação normativa, o que supõe um investimento de energia e tempo, em casos consideráveis e com efeitos de vários tipos. Como tampouco deve negligenciar-se o contributo que a dimensão afetiva pode ter em atitudes e decisões resilientes.

Uma maior ou menos proximidade ortográfica às normas do espanhol ou às usadas no âmbito de língua portuguesa não implicam uma maior ou menor tendência para a leitura de textos em espanhol ou em português. De todos os modos, pode acontecer que as pessoas de pensamento reintegracionista tendam a ver como mais próximos e *mais próprios* os textos em língua portuguesa. Dado o caráter simbólico da ortografia, esse sentimento de apropriação pode conduzir a uma maior disposição para aceder a esses textos e condicionar as procuras. Essa aproximação do considerado próprio ou passível de ser apropriado pode ainda abrir passo ao desenvolvimento de afetos com os objetos em causa: livros e autorias; e, também, com os elementos que os constituem. Aí, por exemplo, o sentimento

¹³ São propostas normativas com aproximações das normas portuguesas, uma praticamente de modo pleno com as grafias utilizadas polo mundo de língua portuguesa e os *mínimos* dentro das grafias coincidentes com a codificação espanhola utilizadas pola norma *oficial* (neste segundo caso, por exemplo, *dic/zer-se*, vs. *dicirse*; *cantava* vs. *cantaba* ou *sério* vs. *serio*).

¹⁴ No caso da passagem para a orientação reintegracionista, esses esclarecimentos e, sobretudo, as consequências dessas decisões são mais abundantes. É eloquente o caso de Vaqueiro, que, com Xamardo (2017), dedicou um livro ao assunto.

identitário comunitário (fazer parte dum mesmo mundo linguístico-cultural) ou a empatia com os assuntos e focagens canalizadas pode igualmente desenvolver-se¹⁵, abrindo-se a possibilidades do horizonte dos possíveis e a expectativas das pessoas que não estavam previamente configuradas. De facto, nos primeiros livros de texto que mediaram entre a obrigatoriedade do ensino da literatura galega e a aprovação das NOMIG (1980-1982), circularam livros e programações escolares dessa matéria com textos de autoria portuguesa, como também nas programações escolares (MEC-XG, 1980; vid. SAMARTIM, 2017, p. 117).

Um caso particular pode ser o das traduções doutras línguas. Pode acontecer (faz falta trabalho empírico mas impressivamente podemos afirmá-lo nos casos que conhecemos), que, em casos como o galego, a procura de traduções em português seja mais intensa em pessoas reintegracionistas que em pessoas que têm uma orientação normativa diferente; e que para elas traduções para as NOMIG sejam menos confiáveis; o que pode acontecer ao invés para traduções reintegracionistas doutras línguas vs. NOMIG. No âmbito do ensaio, o texto científico e, claro, na literatura (e das suas recomendações!), isto tem consequências relevantes. Mesmo textos numa ou noutra linha ortográfica podem, segundo o quadro de situação e a orientação normativa das pessoas, terem graus de aceitação, confiabilidade, identificação e afetivação.

Como for, parece que a orientação reintegracionista facilitaria uma afetividade identitária ou uma identidade afetivizada para a produção literária em língua portuguesa. E, em todo o caso, do mesmo modo que pode existir um processo de afetivação que parta duma determinada ideia da Galiza, de Portugal e do mundo de língua portuguesa que leve para escolhas ortográficas reintegracionistas, a viagem inversa pode acontecer: que a ortografia, como instrumento (ferramenta) e como valor afetivo (bem), canalize determinados afetos; a redução ou alargamento da distância que a ortografia provocar tem, além de efeitos na literacia, efeitos na identidade e nos afetos, certamente.

Em muitos casos, pessoas que têm posição/opinião sobre a norma nos termos antes expressos manifestam-na publicamente nos foros que acharem adequados ou em que puderem participar; diversos debates, polémicas, protestos, e, também contenciosos pessoais ou institucionais têm lugar. Muitos desses confrontos aparecem com base em argumentos filológicos, económicos, políticos, etc., indiscutíveis e reais. Mas pode acontecer, acontece de facto, que a sua raiz primeira tenha a ver não já apenas com construtos ideológicos previamente configurados em que se encaixa (em relação à comunidade galega e em relação à Espanha e a Portugal, por exemplo) mas com considerações afetivas que estiveram, conscientemente ou não, na base das decisões de adesão tomadas (que podem variar no tempo, por diferentes interesses e também por motivos afetivos). E isso depende do quadro de situação (habitus em termos de Bourdieu, repertório disponível com a formulação de Even-Zohar mais os fatores marcantes numa pessoa num dado momento para tomar decisões) em que a perspectiva e a

¹⁵ Ao lado dessa afetividade e mesmo veiculada por ela, outros sentimentos podem ser canalizados. Em termos concretos de leitura literária e afetos, parece claro que as pessoas leitoras habituais de textos ficcionais apresentam maior capacidade de empatia (OATLEY; MAR; DJIKIC, 2012). Pode ver-se para maior aprofundamento Torres Feijó, 2016; a relação entre empatia e leitura literária não deixa de ser assunto controverso (TORRES FEIJÓ, 2016, p. 53-56).

aproximação normativas foram geradas; o que significa que, se o quadro fosse diferente, provavelmente muitas estariam na posição contrária e defenderiam argumentos e práticas na direção contrária.

Naturalmente, o corolário disto é que muitas decisões não são racionais nem obedecem a parâmetros e indicadores de situações e objetivos avaliados ou avaliáveis pelas pessoas e, no caso, pelas instituições ou, em geral, pelas agências envolvidas. Mais em concreto, atrevo-me a afirmar, como hipótese, que as posições normativas de muitas pessoas estão geradas a partir duma afetividade identitária ou duma identidade afetivizada; em muitos casos, dependentes da prévia consideração da Galiza e da elaboração sentimental sobre ela e da articulação, também sentimental, e da homologia ortográfica/linguística, a que conduza aquela consideração. E que, se as decisões estiverem desprovidas dessa afetividade ou houver autorreflexividade bastante para conhecer o seu fundamento e efeitos, isso poderá incidir na planificação linguística, incluindo, mesmo, a reorientação de esforços relativos a determinada norma e, até, à própria consideração, uso e *política* (pessoal, coletiva, agencial, institucional, etc.) da língua. Podem muitas razões serem invocadas e motivarem as perspetivas e as ações; pode aparecer uma lógica racional objetiva e objetivável (plenamente assumida como verdade); mas, em muitos casos, a aristotélica *causa eficiente* na tomada de posição da pessoa é de raiz sentimental, muitas vezes absolutamente negligenciada. Os efeitos dessa afetivização podem ser conjunturais, enquanto durar o efeito afetivo do objeto da intermediação, ou constituírem-se em estruturais, ficando inscritos no corpus identitário ainda que a sua causa esteja esquecida. Com independência dessas realidades, interessa reter o próprio conceito e índole performativa dele para analisarmos condutas ou decisões dependentes do quadro de situação que deu lugar a essa identificação por via do afeto. A sua repercussão, individual e social, pode ser objeto de (auto)reflexão mas pode também atuar sem que pessoas ou grupos tenham refletido ou, mesmo, reparem em como construíram a sua identidade afetivizada.

Neste sentido, a reação desses referentes também condiciona a tomada de posição. No caso concreto, refiramo-nos, brevemente, à receção no (restante?) âmbito lusófono: apesar de pronunciamentos de diversos especialistas, de regra nas elites culturais da lusofonia assiste-se ao caso galego ou com indiferença ou com relativa 'neutralidade' (posição sempre complicada), considerando-o um assunto interno da Galiza. No contato mais imediato, com Portugal, é frequente pessoas galegas queixarem-se de serem recebidas em espanhol em Portugal apesar de falar galego (há vários fatores que podem estar incidindo nisto, à falta dum bom trabalho de campo: desde sotaques e castelhanismos, que podem levar à interlocutora portuguesa a interpretar que a pessoa fala espanhol e está tentando falar português, até diversas interpretações da cortesia). Os livros galegos escritos em reintegrado apresentam variantes ortográficas e morfológicas que o mundo editorial e de mercado do livro português, tendente a afirmar a própria norma (bem conhecida é a relação e atitudes luso-brasileiras em termos editoriais quanto à norma usada em cada âmbito) não é permeável a essa circulação. Isto, além de que interesses criados sobre bases económicas, sociais ou simbólicas entre elites e a capacidade desses setores podem tender a alicerçar, *institucionalmente*, a diferença, ao entender a *instituição*, seja ela qual for, como espelho duma realidade social e consensual¹⁶.

¹⁶ Na atitude dessas elites no caso galego, Álvarez Cáccamo (1997, p. 132) fala de apropriação (ou *piracy* seguindo ANDERSON, 1991) da LG por parte dessas elites.

Doutro ponto de vista, tenha-se presente a dimensão política que a língua e as suas orientações normativas espelham ou *são espelhadas* (quer dizer-se: armas de arremesso para combater posições contrárias) ou podem vir a espelhar nos interesses das agências intervenientes; para algumas, reforço do integracionismo na Espanha; para outras, separatismos, mesmo em algum caso vinculáveis a eventuais desejos de aproximação em todas as ordens com Portugal.

Há naturalmente, muito mais que se diga sobre isto mas apenas queremos chamar a atenção para a interpretação *emblemática* que pode ou mesmo tende a ser feita desde o exterior lusófono sobre a identidade (linguística e literária) galega. Uma interpretação, aliás, que conduz a determinadas práticas que, por sua vez, podem ser reforçadoras ou lesivas para as agências em conflito e que pode estar acompanhada, mais ainda precisamente em casos de conflito, por fatores afetivos; em ocasiões, sem as pessoas ou entidades desse exterior lusófono terem consciência de que estão intervindo diretamente nos campos culturais e de produção ideológica galegos e até nos do poder; noutros, sim, certamente. E isso, claro, tem também efeitos nas elaborações identitárias, nas identidades afetivizadas e na afetividade identitária. Por exemplo, no modo de perspetivas ou relacionar-se com esse mundo lusófono por parte das elites e as consequências disso; impactos que estão por estudar¹⁷.

Conclusão

A dimensão afetiva em termos de elaboração identitária individual e coletiva é um fator decisivo para entender processos de conflito linguístico e soluções para o conflito, em termos de estratégias e planificação. Essa dimensão estende-se, em casos como o galego, às questões de aceitação, assunção e prática das normas propostas. Em muitos casos, essa dimensão é negligenciada, reduzindo-se muitas vezes o trabalho de campo a questões de uso e competência, sem atender às lógicas construtivas das pessoas e coletivos em relação às línguas em causa e às suas normas, neste caso sobretudo no relativo à LG, cuja constituição como norma de imposição na administração, no serviço público e em muitas esferas privadas subordinadas a eles, tem apenas quarenta anos.

Essas dimensões têm para a literatura e para o que ela representa, consequências fulcrais, sobretudo em casos como este, em que a proximidade ou identificação entre a LG com a (restante?) língua portuguesa e (restante?) mundo de língua portuguesa é patente.

Em termos de planificação, conhecer essas lógicas parece fundamental, também para entender as possibilidades de recusa ou adesão que as diversas fórmulas possam ter socialmente. Por exemplo,

¹⁷ No presente trabalho tento evitar exemplos ou análises de situações concretas para evitar a distorção e o viés nesta proposta que apenas visa formular hipóteses e fornecer alguns instrumentos de explicação de realidades como a galega. Pessoas interessadas podem, por caso, ver o uso e impacto nas elites galegas da denominada Lei Paz Andrade, aprovada unanimemente pelo Parlamento Galego, no âmbito institucional, ou do livro *Assim nasceu uma língua*, de Fernando Venâncio (2019) no sociocultural. Recentemente, a direção da AGAL tem impulsado uma proposta denominada “binormativismo”, <https://a.gal/binormativismo/> : “A coexistência de duas opções gráficas na Galiza é fruto de umha realidade social complexa. A AGAL propõe dar à proposta reintegracionista estatuto legal, criando um novo consenso ao redor de dinâmicas comuns em prol da língua benéficas para a sociedade”.

quantas pessoas estão a favor de tomar medidas de discriminação positiva da LG com independência dos usos que elas façam dela; ou como as pessoas veem a sua eventual identificação com as diversas propostas normativas em causa; e como isso poderia ser eventualmente implementado.

Trabalho de campo é preciso para verificar as hipóteses aqui colocadas e, mesmo, a eventual validade e contornos do conceito de afetividade identitária e as suas aplicações ao âmbito da cultura. Nesta direção, parece que as agências do campo de produção ideológica, do campo da cultura e do campo do poder (aqui, entre outras, com a fulcral esfera do ensino), devem ter em conta essa afetividade nas suas elaborações e ações.

Em geral e socialmente, a dimensão da identidade afetivizada e a afetividade identitária pode ajudar para compreender os comportamentos humanos, mesmo os derivados de costumes, tradições, celebrações ou medos das comunidades e os recursos que são mobilizados pelas pessoas ou estão disponíveis para mobilizar em função dos seus objetivos.

Referências

ALONSO PINTOS, Serafín. *O proceso de codificación do galego moderno (1950-1980)*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2006.

ÁLVAREZ-CÁCCAMO, Celso. Building alliances in political discourse: Language, institutional authority, and resistance. *Folia Linguistica*, Berlin, v. 3/4, p. 245-270, 1996a.

ÁLVAREZ-CÁCCAMO, Celso. Construindo a Língua no discurso público, práticas e ideologias linguísticas. *Agália: Revista da Associação Galega da Língua*, Santiago de Compostela, n. 50, p. 131-150, 1997.

ÁLVAREZ-CÁCCAMO, Celso. The pigeon house, the octopus, and the people: The ideologization of linguistic practices in Galiza. *Plurilinguismes*, [s. l.], v. 6, p. 1-26, 1993.

ÁLVAREZ-CÁCCAMO, Celso. The power of reflexive language(s): code displacement in reported speech. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 25, p. 33-59, 1996b.

ÁLVAREZ-CÁCCAMO, Celso; HERRERO VALEIRO, Mario J. O continuum das normas escritas na Galiza: do espanhol ao português. *Agália: Revista da Associação Galega da Língua*, Santiago de Compostela, v. 46, p. 143-156, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1991.

ARONIN, Larissa. Material culture of multilingualism and affectivity. *Studies in Second Language Learning and Teaching*, Kalisz, v. 2, p. 179-191, 2012.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007b.

BIZZOCCHI, Aldo. Ainda sobre Marcos Bagno e sua gramática. *Diário de um linguista*, São Paulo, 9 maio 2023. Disponível em: <https://diariodeumlinguista.com/2023/05/09/ainda-sobre-marcos-bagno-e-sua-gramatica/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BOBILLO, Nancy; DOMÍNGUEZ, Luzia; HERRERO VALEIRO, Mário; PREGO, Gabriela. Las prácticas de habla en Galiza: entre el conflicto lingüístico y la armonía bilingüe (conexiones macro-micro en el discurso sociolingüístico gallego). In: CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGÍA. SOCIOLOGÍA Y SOCIEDAD FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE SOCIOLOGÍA (FES), 6., 1998, A Corunha. *Anales [...]*. A Corunha: Universidade de A Corunha, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Two Bourdieu texts*. Tradução de Richard Nice. Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, 1977.

BROWN, Becky. The social consequences of writing Louisiana French. *Language in Society*, Cambridge, n. 22, p. 67-10, 1993.

CARDONA, Giorgio Raimondo. *Antropología de la escritura*. Tradução de Alberto L. Bixio. Barcelona: Gedisa, 1994.

CENA, Rebeca Beatriz. Afectos, Identidades y Corporalidades. *Revista Latinoamericana de Estudios Sobre Cuerpos, Emociones Y Sociedad*, Córdoba, v. 7, p. 4-5, 2015.

CRISMÁN-PÉREZ, Rafael; NÚÑEZ-VÁZQUEZ, Isabel. Las actitudes lingüísticas de estudiantes universitarios extranjeros de ELE hacia la modalidad lingüística andaluza. Componentes cognitivos, afectivos y conductuales. *Porta Linguarum: Revista Interuniversitaria de Didáctica de las Lenguas Extranjeras*, Granada, v. 33, p. 201-216, 2020.

DOMÍNGUEZ, Luzia. *Aproximación interaccional a la conceptualización del habla: las ideologías lingüísticas en Galicia como índice de la diferencia social*. 2000. Tesis (Doctorado) - Universidade da Coruña, Coruña, 2000.

DOMÍNGUEZ, Luzia. Na construção do galego como língua legítima. *Agália: Revista da Associação Galega da Língua*, Santiago de Compostela, n. 34, p. 147-166, 1993.

ESCUDERO, Camila Caetano; REINA, Lucia. A construção dos conceitos de comunidade, identidade e memória a partir da prática da comunicação comunitária. *Intexto*, Porto Alegre, n. 52, p. 1-17, 2021.

ESPAÑA. [Constituição (1978)]. Constitucio espanyola. *Boletín Oficial del Estado*, Madrid, n. 311, 29 dec. 1978. Disponible en: <https://www.boe.es/boe/dias/1978/12/29/pdfs/A29313-29424.pdf>. Acesso en: 5 jun. 2023.

EVEN-ZOHAR, Itamar; TORRES FEIJÓ, Elias J.; MONEGAL, Antonio. The end of literature; or, what purposes does it continue to serve? *Poetics Today*, Durham, v. 40, n. 1, p. 7-31, 2019.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Culture repertoire and the wealth of collective entities. In: GEEST, Dirk de; GRAEF, Ortwin de; DELABASTITA, Dirk; GELDOLF, Koenraad; GHESQUIÈRE, Rita; LAMBER, José (ed.). *Under construction: links for the site of literary theory, essays in honour of hendrik Van Gorp*. Leuven: Leuven University, 2000. p. 389-403.

EVEN-ZOHAR, Itamar. La literatura como bienes y como herramientas. In: VILLANUEVA, Darío; MONEGAL, Antonio; BOU, Enric (org.). *Sin fronteras: ensayos de literatura comparada em homenaje a Claudio Guillén*. Madrid: Castalia, 1999. p. 27-36.

FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón. *Lingua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2000.

GALIZA. Lei 1/2014, do 24 de marzo. Para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonía. *DOG*, Galiza, n. 68, 8 abr. 2014. p. 15608i. Disponible en: https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3B0-310314-0001_gl.html. Acceso en: 5 jun. 2023.

GIL HERNÁNDEZ, Roberto. España, nación fantasmal. Plenitud y ausencia en la identidad española posmoderna. *International Journal on Collective Identity Research*, Leioa, n. 1, p. 1-20, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Giulio Einaudi, 1975.

HAGÈGE, Claude. Voies et destins de l'action humaine sur les langues. In: HAGÈGE, Claude; FODOR, Istvan (ed.). *La réforme des langues, histoire et avenir*. Hambourg: Buske, 1983, p. 11-67.

HAUGEN, Einar. *Language conflict and language planning: the case of modern Norwegian*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

HERREIRO VALEIRO, Mário. A ortografía, campo de lutas – sobre as grafías como índice ideolóxico e identitário. *Agália: Revista da Associação Galega da Língua*, Santiago de Compostela, n. 63-64, p. 9-74, 2000.

HERREIRO VALEIRO, Mário. A política linguística da direita. *A Nosa Terra*, [...], p. 26, 1998.

HERREIRO VALEIRO, Mário. *Guerra de grafías: conflito de elites*. 2. ed. Galiza: Através Editora, 2021.

JAFFE, Alexandra (ed.). Non-standard orthography and non-standard speech. *Journal of Sociolinguistics*, Hoboken, NJ, v. 4, n. 4, p. 497-513, 2000. Special Issue.

JAFFE, Alexandra. The second annual corsican spelling contest: orthography and ideology. *American Ethnologist*, Arlington, v. 23, n. 4, p. 816-835, 1996.

LE BRETON, David. *Les Passions ordinaires: anthropologie des émotions*. Paris: Petite bibliothèque Payot, 2004.

LOTMAN, Yuri; USPENSKIJ, Boris. On the semiotic mechanism of culture. *New Literary History*, Unknown, v. 9, n. 2, p. 211-232, 1978.

LUCKMAN, Thomas. *The sociology of language*. Indianapolis: Bobbas-Merrill, 1975.

MARINHO, Raphael; AZEVEDO, Pedro; PEREIRO, Xerardo; TORRES FEIJÓ, Elias J. (2019): Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, La Laguna, v. 21, n. 2, p. 425-427. Disponible en: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/3727>. Acceso en: 5 jun. 2023.

MEC-XG. Comisión Mixta Ministerio de Educación; Xunta de Galicia. *Programación de lingua e literatura Galegas pra BUP*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1980. v. 4.

MELLUCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MOURE, Teresa. Sobre encrucilhadas, normas ortográficas e independência. *Plaza.Gal*, 27, mar. 2013. Disponível em: <https://praza.gal/opinion/sobre-encrucilhadas-normas-ortograficas-e-independencia>. Acceso en: 5 jun. 2023.

OATLEY, Keith; MAR, Raymond; DJIKIC, Maja. The psychology of fiction: present and future. In: JAÉN, Isabel; SIMON, Julien J. (ed.). *Cognitive literary studies*. Austin: University of Texas Press, 2012. p. 234-249.

PAGEAUX, Daniel-Henri. Da imagética cultural ao imaginário. In: BRUNEL, Pierre; CHEVREL, Yves (org.). *Compêndio de literatura comparada*. Tradução de Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 133-166.

PÉREZ PRIETO, Victorino. O galego com nh e lh. *Nós diário*, Compostela, 9 set. 2020. Disponible en: <https://www.nosdiario.gal/opinion/victorino-perez-prieto/galego-com-nh-lh/20200908125422104552.html>. Acceso en: 5 jun. 2023.

PÉREZ, Fernando. Discursos de identidad nacional: política y cultura afectiva. In: MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo; LEWIN, Hugo. *Intervenir en la cultura: más allá de las políticas culturales*. Buenos Aires: Biblos, 2014.

PREGO, Gabriela. *Estrategias discursivas de regateos recogidos en las ferias rurales de Carballo y Paiosaco: desde la microestructura discursiva de los regateos hacia la estructura del espacio rural gallego*. 1994. Tese (Licenciatura) - Universidade da Corunha, Corunha, 1994a.

PREGO, Gabriela. *Prácticas discursivas, redes sociales e identidades en Bergantiños (Galicia): la interacción comunicativa en una situación de cambio sociolingüístico*. 2000. Tesis (Doctoral) - Universidade da Coruña, Coruña, 2000.

RODRIGUES, José João. *Assim nasceu uma norma*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2023.

ROMAINE, Suzanne. Signs of identity, signs of discord: glottal goofs and the green grocer's glottal in debates on hawaiian orthography. *Journal of Linguistic Anthropology*, Oxford, v. 12, n. 2, p. 189-224, 2002.

SAMARTIM, Roberto. *Mudança política e sistemas culturais em trasiçom: literatura e construçom da (ideia da) Galiza entre 1974 e 1978*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2017.

SÁNCHEZ VIDAL, Pablo. *O debate normativo da lingua galega (1980-2000)*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010.

SANTOS, Isabel Almeida. Acordo ortográfico da língua portuguesa (1990): princípios e aplicações. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, v. 2, p. 235-245, 2010.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Ortografía, Instrucción Pública 1841-1854*. Santiago de Chile: Imprenta Gutenberg, 1886.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

SCHIEFFELIN, Bambi B.; DOUCET, Rachele Charles. The “real” Haitian Creole: metalinguistics and orthographic choice. *Pragmatics*, Herndon, v. 2, n. 3, p. 427-443, 1992.

SCHUMANN, John H. *The neurobiology of affect in language*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 1997.

SEBBA, Mark. Phonology meets ideology: the meaning of orthographic practices in British Creole. *Language Problems and Language Planning*, Amsterdam, v. 22, n. 1, p. 19-47, 1998.

SMITH-CHRISTMAS, Cassie. One cas, two cas: exploring the affective dimensions of family language policy. *Multilingua*, Berlin, v. 37, p. 131-152, 2018.

TORRES FEIJÓ, Elias J. *Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho em Santiago: Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Santiago de Compostela: Andavira, 2019.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Identity sustainability, identity affectivity, and the ithaca traveler: conceptual tools for measuring and modeling tourism as an opportunity. In: RICCI, Gabriel. *Travel, tourism and identity*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2015. p. 143-162.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Ler, sem ética nem moral: contributos da psicologia cognitiva e ética na e da literatura. In: RÖSING, Tania; ZILBERMAN, Regina (org.). *Leitura, história e ensino*. Porto Alegre: Edelbra Editora, 2016. p. 49-89.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Norma lingüística e (inter-)sistema cultural: o caso galego. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA Y CULTURA EN LA FRONTERA; ENCUESTRO DE LUSITANISTAS ESPAÑOLES, 1., 2000, Cáceres. *Actas [...]*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2000. p. 967-996.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Problems in national allegory: the galician (and brazilian) questions in contemporary portuguese literary historiography. *Portuguese Studies*, London, v. 28, n. 1, p. 5-31, 2012a.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Prólogo. In: RODRIGUES, José João. *Assim nasceu uma norma*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2023. p. 15-18.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo. *Revista UFG*, Goiânia, v. 14, n. 12, 2012b. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48428>. Acesso em: 5 jul. 2012b.

TORRES FEIJÓ, Elias J. Sustainable identity: tourism as opportunity or menace. In: CRITICAL TOURISM STUDIES CONFERENCE, 5., 2013, Sarajevo. *Anales [...]*. Sarajevo: Critical Tourism Studies 2013.

VAQUEIRO, Vítor. Até quando adiarmos a decisão? *Sermos Galiza [s. l.]*, 13 abr. 2012.

VAQUEIRO, Vítor; XAMARDO, Nicolás. *Da identidade à norma: língua, singularidade, consenso, antilusismo, reintegracionismo, jornalismo: de Galicia Confidencial a Sermos Galiza*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2017.

VENÂNCIO, Fernando. *Assim nasceu uma língua: sobre as origens do português*. Lisboa: Guerra e Paz, 2019.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WINER, Lisa. Orthographic Standardization for Trinidad and Tobago: linguistic and sociopolitical considerations in an english creole community. *Language Problems & Language Planning*, Amsterdam, v. 14, n. 3, p. 237-68, 1990.

Recebido em 6 de maio de 2023.

Aprovado em 28 de junho de 2023.

Resumo/Abstract

A dimensão da afetividade identitária: literatura, língua e normas ortográficas na Galiza. Uma proposta de aproximação

Elias Jose Torres Feijó

O presente trabalho propõe tomar em consideração a componente afetiva na construção identitária individual e coletiva. São formulados os conceitos de identidade afetivizada (a assunção sentimental de elementos identitários: o elemento identitário gera afetividade) e afetividade identitária (o resultado numa identidade a partir dum elemento ou duns elementos mediadores não necessariamente vinculados de modo linear com o objeto da identificação). Aplica-se em concreto à questão ortográfica no caso galego e como essas componentes podem incidir nas elaborações afetivas das pessoas em relação à conceção da língua, à literatura e aos afetos e orientações de leitura; e como essas orientações se relacionam com o próprio conceito de nação e das suas relações externas.

Palavras-chave: afetividade identitária, identidade afetivizada, ortografia, Galiza, literatura.

The dimension of identity's affectivity: literature, language, and orthographic norms in Galicia. A proposal for approximation

Elias Jose Torres Feijó

This paper proposes to take into account the affective component in the construction of individual and collective identity. In an instrumental way, the concepts of affective identity (the sentimental assumption of identity elements: the identity element generates affectivity) and Identity's Affectivity (the result in an identity based on an element or mediating elements not necessarily linked in a linear way with the object of identification) are formulated. It specifically applies to the spelling issue in the Galician case and how these components can affect people's affective elaborations in relation to the conception of the language, literature, reading habits, orientations, and how these guidelines relate to the very concept of nation and its external relations.

Keywords: identity affectivity, affective identity, spelling, Galicia, literature.

Dedicatória

Para o Prof. Sílvio Renato Jorge